

Inicialmente, cabe destacar que não compete à CVM comentar estudos ou opiniões de terceiros.

Não obstante, quanto ao primeiro questionamento, a CVM informa que mantém Acordo de Cooperação Técnica junto ao TCU e diálogo permanente para aprimoramento institucional, inclusive em relação a recomendações formuladas por aquele órgão. A Autarquia segue promovendo o aperfeiçoamento contínuo de sua governança, de seus processos internos e de sua atuação regulatória, sempre nos limites de sua competência legal.

Quanto ao segundo questionamento, a CVM não comenta casos específicos. A Autarquia acompanha e analisa informações e movimentações de mercado, no âmbito de sua esfera de competência, adotando as medidas cabíveis, sempre que necessário.

Por fim, no tocante ao terceiro questionamento, as nomeações de dirigentes da CVM seguem o disposto na Lei no 6.385/76. O processo envolve indicação pelo Presidente da República e aprovação pelo Senado Federal, dentre pessoas de reputação ilibada e notório conhecimento em matérias relacionadas ao mercado de valores mobiliários. Internamente, a CVM adota salvaguardas de integridade, tais como procedimentos de impedimento, declarações de conflito e deliberação colegiada com votos públicos, que asseguram a atuação orientada pelo interesse público e a independência técnica da instituição.